

## **1.Sobre Moradia, Propriedade e Imóveis Vazios:**

Todo trabalhador e trabalhadora, todos os jovens e todas as crianças devem ter assegurado o seu direito à moradia. Acontece que é muito difícil garantir esse direito já que os grandes burgueses usam a terra para ganhar dinheiro e não para fazê-la produzir. Isso tem uma relação direta com a Propriedade Privada. Essa forma jurídica é um roubo porque torna “dono” de uma terra alguém que muitas vezes nem sabe que ela existe e não exerce nela nenhuma atividade. A área, terreno ou edificação não serve em nada a sociedade. Sendo assim, achamos que:

**a.** Para resolver o déficit habitacional é necessário dar a função de ser moradias populares a prédios, casarões e edificações que se encontram inutilizadas por um período maior que 2 anos. As prefeituras possuem um cadastro de acompanhamento destes imóveis e alguns deles foram alvo de ocupações muitas vezes, o que também comprova o tempo em que estão sem utilidade (a prefeitura de São Paulo, por exemplo, realizou um processo de levantamento e notificação destes imóveis em 2014 mas não fará nada com isso porque não quer bater de frente com seus financiadores de campanha). Estes imóveis devem ser tomados pelas administrações municipais e reformados para servirem como moradias. Não achamos que estas moradias populares devam ser entregues às pessoas. A propriedade é o que mais nos atrapalha na luta por moradia para todos. Achamos que os imóveis devem ser de propriedade pública, dos municí-

pios ou estados e as famílias devem firmar com estes órgãos públicos, contratos de garantias e de aluguel social. As famílias devem pagar um preço justo, de acordo com seu perfil socioeconômico, mas que não seja superior a 1 (um) salário mínimo.

**b.** IPTU Progressivo, com aplicação agressiva e imediata. O IPTU progressivo é uma forma de aplicação do imposto que cobra de forma diferente imóveis que são diferentes. Imóveis residenciais de famílias que recebem até 1 salário mínimo per capita, devem ser isentos de cobrança. Imóveis comerciais devem pagar mais que imóveis residenciais. Imóveis devem pagar mais segundo seu valor, tamanho e localização.

**c.** Da Ação em Pagamento. É um instrumento que existe, mas não é utilizado porque os prefeitos não têm, em geral, coragem de enfrentar os especuladores. Como funciona? Se um dono de imóvel deve IPTU, a prefeitura pode cobrar esse imposto pegando para ela um pedaço desses mesmos imóveis que seja correspondente ao valor da dívida. Nossa proposta é que seja aplicado o instrumento “da ação em pagamento” em todos os imóveis com dívidas e que estes imóveis possam vir a compor um banco de terras públicas e a lista das edificações que serão transformadas em moradias populares estatais. Que as terras públicas que compõem este banco, possam ser usadas não apenas para moradia mas para todas as necessidades que a cidade apresentar no sentido de desenvolver-se e gerar qualidade de vida sobretudo aos mais pobres.

as eleições são um jogo de cartas marcadas onde ganha mais quem paga mais e os trabalhadores, com isso, só perdem.

Embora no Luta Popular existam militantes de diferentes organizações, como movimento nós somos absolutamente independentes de partidos e acreditamos que esta é a melhor forma de os movimentos se desenvolverem ainda que contemos, sempre, com a solidariedade das organizações que se reivindicam de esquerda e que não traíram as lutas d@s trabalhador@s. As mobilizações de Junho e a série de greves, lutas e ocupações de toda sorte que ocorreram desde então demonstram que o povo não aguenta mais: As antigas organizações (ex. PT e CUT) já não servem mais como ferramenta pra lutar mas, mesmo sem elas, o povo está em Luta!

Nas eleições municipais que se apresentam, se repetirá mais uma vez a situação em que o povo, sem escolha, busca o que é menos pior. Cada vez menos pessoas vão as urnas e as que vão, não acreditam mais que votar em alguém possa mudar as suas condições reais de vida.

Mesmo assim, achamos importante vir a público, expor algumas de nossas propostas para as cidades e disponibilizar a nossa pouca, mas verdadeira experiência para que se abra o diálogo com as candidaturas que se reivindicam ainda candidaturas da classe, das lutas e de esquerda.

**d. despejos.** Realizamos um levantamento ainda inconcluso e nos deparamos com mais de 4.700 liminares de reintegração de posse (ou seja, ordens de despejo) para áreas pequenas e grandes, populosas ou não, de ocupação mais antiga ou mais recente. Dentre elas há empresas como concessionárias que construíram pátios em terrenos da prefeitura. Queremos que se faça uma separação e classificação destas diferentes situações de maneira a **SUSPENDER IMEDIATAMENTE TODOS OS DESPEJOS DE ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS OCUPADAS POR FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA COM FINALIDADE DE MORADIA.**

## **2. Sobre Poder e Organização Dos Moradores Da Cidade Para Garantir Suas Decisões.**

**a.** Não acreditamos que uma pessoa, um pequeno grupo de pessoas, uma superestrutura deva dizer quais serão os rumos de nossas cidades e de nossas vidas. Acreditamos que o poder deve pertencer efetivamente aqueles e aquelas que fazem as cidades funcionarem, que a constroem com a força de seus braços e a fazem funcionar com a energia de seu trabalho. São os trabalhadores e trabalhadoras que devem decidir os rumos da política sempre, não apenas de dois em dois anos. A decisão das coisas deve ser daqueles que produzem e reproduzem a vida das cidades. Neste sentido, acreditamos que é preciso constituir e reconhecer oficialmente como instancias de deliberação política comi-

O Luta Popular é um movimento popular que atua na organização territorial dos trabalhadores e trabalhadoras. Nas quebradas, favelas, bairros e ocupações. Com a juventude da cultura, com a mulherada das comunidades, com as famílias sem-teto, com a negrada das lutas e construindo com noss@s companheir@s LGBT's nós seguimos realizando e fortalecendo experiências de luta e organização dos de baixo porque os de cima já não nos representam.

Em nossas lutas buscamos, reivindicamos e exigimos uma vida melhor aos trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, pais e mães de família que vivem nas periferias das grandes cidades de nosso país. As condições de vida são precárias, os problemas são enormes, a cara mais presente do Estado é a polícia e somos reféns de quem só vê na terra o lucro. Somos reféns dessa lógica de desenvolvimento urbano que cria ilhas de direitos no meio de um mar de gente que não tem direito algum: Os donos do poder são também donos das cidades.

Diante disso, ao longo destes nossos 5 anos de atuação, experiências, erros e acertos, nós pudemos viver e acumular um patrimônio: temos ideias que poderiam ser postas em prática para que nossas cidades se desenvolvessem para o bem das pessoas e não para o lucro.

Nós, do Luta Popular, não acreditamos nem por um segundo que eleições de 2 em 2 anos irão resolver os problemas de nosso povo e nossa classe. Achamos que

tês populares que funcionem em base a critérios discutidos e regras comumente definidas, mas com representações por quadra que possam debater e construir planos locais de desenvolvimento territorial. Não queremos aqui reivindicar a experiência dos Orçamentos Participativos porque sabemos o quanto limitados eles foram, seja porque decidiam apenas sobre uma mísera parcela do orçamento, seja porque o poder público, com isso colocava bairro a se enfrentar com bairro, pobres contra pobres enquanto o investimento nos lugares ricos sempre esteve garantido.

b. Que os secretários de todas as pastas da administração municipal possam ser referendados ou trocados pelo voto popular anualmente.

c. Que estejam proibidas a partir de agora todos os processos envolvendo CEPACS e Operações Urbanas e que todos os projetos dessa natureza, para seguir, tenham de ser aprovados por uma maioria de comitês populares da região em que se dará o processo. Aos que não sabem, as CEPACS são processos pelos quais a burguesia paga para ter o direito de infringir as leis de zoneamento e toda sorte de regulação territorial em seu favor. O dinheiro que eles pagam para poder descumprir a lei é investido em volta de seus próprios negócios e investimentos enquanto os pobres são taxados e as regiões pobres da cidade vivem uma semiclandestinidade abandonada. Já as Operações Urbanas são processos de gigantescas obras ou intervenções urbanas na cidade que não precisam respeitar o plano diretor.

Os ricos se juntam com os políticos e, em reuniões separadas decidem tudo sem respeitar nada porque criaram este instrumento que “libera geral” nas regiões em que eles quiserem fazer megaoperações urbanas e ganhar muito dinheiro.

### 3. Obras Públicas E Emprego

a. Há muito o que fazer em nossas cidades, em muitas dimensões, para que elas possam se transformar em espaços que potencializem o desenvolvimento das capacidades humanas. Parte disso se materializa em obras públicas necessárias. Depois de ver escancarados os escândalos envolvendo as construtoras, bancos e incorporadoras, envolvendo praticamente todos os partidos políticos, achamos que deve haver uma Empresa Pública Municipal de Obras (Públicas) e que seja, portanto, o próprio estado a construir ao invés de ficar dando dinheiro para encher o bolso dos empresários que pagam as campanhas. Achamos também que esta Empresa Pública Municipal de Obras poderia absorver trabalhadores para todas as suas funções, em regime de contratação tal qual a das empresas públicas hoje existentes, aplicando uma jornada de 30 horas semanais, reduzindo o desemprego, aumentando a qualidade de vida e estimulando a economia à partir de intervenções estruturais e não conjunturais como é a lógica dos programas de transferência de renda.



# Para Revolucionar As Cidades

Luta Popular

